

SOBRE ORIGEM, NACIONALIDADE E LITERATURAS POSSÍVEIS

ABOUT ORIGIN, NATIONALITY AND POSSIBLE LITERATURES

Recebido: 13/05/2020 | Aprovado: 17/06/2020 | Publicado: 10/07/2020

DOI: <https://doi.org/10.18817/rlj.v4i1.2304>

Maria Eunice Moreira¹

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-1019-8519>

Arthur Beltrão Telló²

Meu século, minha besta, quem poderá
olhar-te dentro dos olhos
e suturar com seu sangue
as vértebras de dois séculos?³
Osip Mandel'stam, *Meu século*

Resumo: A escrita da história da literatura brasileira tem seu início no século XIX, quando historiadores estrangeiros, ao analisar a produção literária portuguesa, registraram autores e obras produzidos no Brasil. Sob a condição de dependência, decorrente da situação política, a literatura e a história da literatura que daí decorreu, teve a marca do peso histórico, associando produção e condições de produção. Sem literatura, porém, os historiadores olharam mais para o futuro do que para o passado, do que resulta uma história singular. Dentre esses historiadores, Ferdinand Denis assume o papel de pioneiro, de modo que falar de história da literatura brasileira, na contemporaneidade, é recorrer ao passado para neles buscar entender as “literaturas possíveis” que o Brasil apresenta.

Palavras-chave: nacionalidade. história. origem. estrangeiro.

Abstract: The writing of the history of Brazilian literature began in the 19th century, when foreign historians, analyzing Portuguese literary production, registered authors and works produced in Brazil. Under the condition of dependence, resulting from the political situation, the literature and the history of literature that resulted from it had the mark of historical weight, associating production and conditions of production. Without literature, however, historians looked more to the future than to the past, resulting in a unique vision of history. Among these historians, Ferdinand Denis assumes the role of a pioneer, so that to speak of the history of Brazilian literature, in contemporary times, is to resort to the past in order to try to understand the “possible literatures” that Brazil presents.

¹ Professora titular da Escola de Humanidades - Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, graduada em Letras e em Ciências Jurídicas e Sociais. Especialista em Teoria Literária/PUCRS; Mestre em Linguística e Letras (Teoria Literária)/PUCRS e doutora em Linguística e Letras (Teoria Literária) pela PUCRS. Também é especialista em Língua e Literatura Espanhola pelo Instituto de Cooperación Iberoamericana. É membro do Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa (CLEPUL) das Universidades de Lisboa. E-mail: maria.eunice@puers.br

² Graduado em Letras Português e Latim/UFRS; mestre em Escrita Criativa/PUCRS, atualmente atua como professor de Latim, Grego, Literatura e Escrita Criativa na Escola de Humanidades da PUCRS, além de lecionar Literatura, Redação e Grego em escolas e cursos privados. Doutorando em Teoria da Literatura na PUCRS. E-mail: arthurtello@gmail.com

³ Poema analisado no texto “Che cos’è il contemporaneo?” de Giorgio Agamben. Traduzido do italiano pelos autores deste ensaio.

Keywords: nationality. history. origin. foreign.

Quando escreve sobre as relações entre história da literatura e narrativa, num texto que já se tornou antológico, intitulado *Is the Literary History Possible?*, David Perkins apresenta alguns pressupostos que norteiam essa relação. Segundo esse historiador, “a linha de eventos que forma a narrativa, é selecionada de um passado muito mais vasto e amorfo do que o conhecido pelo historiador da literatura”. (p. 3). Para Perkins, o passado é muito complexo e o passado a ser recuperado para a escrita de uma história da literatura exigiria sua recuperação através de muitas “intersecções de sequências” (p. 4), do que permitiria a forma tradicional de narrativa. A história da literatura concretiza-se, então, sob uma linha de tempo que é sempre lacunar, que é sempre marcada por uma falta. Apesar dessa condição, esclarece ainda Perkins que o fato de essa linha de tempo ser lacunar não significa que ela seja falsa. Ela é a história que do passado podemos extrair.

Se o passado é fonte imprescindível para qualquer narrativa historiográfica, esse relato deve ter um início e esse início, segundo ainda esse mesmo historiador, “é uma linha desenhada sobre o curso de um rio”. (p. 9-10). A metáfora do rio é extremamente significativa, pois da mesma forma que as águas de um mesmo rio são sempre diferentes, porquanto fluidas, histórias da mesma literatura podem escolher diferentes pontos de partida. Para exemplificar: a história da literatura brasileira pode ser contada a partir das narrativas elaboradas pelos estrangeiros – o alemão Friedrich Bouterwek, o suíço Simonde de Sismondi, o francês Ferdinand Denis ou até mesmo o português Almeida Garrett – como podem ser narradas pelos primeiros brasileiros que abordaram o assunto – Gonçalves de Magalhães ou Joaquim Norberto de Sousa Silva. A escolha do historiador é decisiva para o relato e tem enorme impacto sobre os eventos subsequentes. Como história narrativa, ela vai eleger um herói, um tempo e um enredo. Especialmente o herói e o enredo dessa história dependem, em grande parte, da escolha que o narrador faz. O herói, que pode ser um gênero, um estilo, a história de um autor, a posição que ele ocupa no relato são regidos pelas escolhas iniciais do historiador. Do mesmo modo, o enredo de uma história da literatura pode promover a ascensão, o declínio, e a ascensão e o declínio de um determinado país ou região.

Considerando esses pressupostos, diz Perkins que o trabalho do historiador tem início ao fazer uma crônica, isto é, ao listar as obras, os autores e os eventos que serão incluídos no espaço de tempo relevante da história que pretende narrar. Só depois, o deve dar forma à história e, num terceiro momento, pode finalmente colocar sua história em um enredo, identificando-a com um arquétipo que seja possível de ser reconhecido pelos leitores.

A história da literatura brasileira não foge a essas condições observadas e registradas por Perkins. No que diz respeito ao tempo, seu início pode ser delimitado no século XIX, quando os primeiros historiadores estrangeiros, ao buscarem escrever a história das literaturas metropolitanas, olharam para a ex-colônia portuguesa, porque os escritores nascidos no Brasil podiam valorizar a literatura europeia. Se Bouterwek e Sismondi foram os primeiros, foi, porém, Ferdinand Denis que, conhecendo particularmente as condições da nova nação americana, assume o papel de “fundador” da história da literatura brasileira. Seu projeto de escrita concedia autonomia à literatura brasileira, ao mesmo tempo que alinhava essa autonomia às contingências históricas vividas pelo Brasil, no período pós-independência. Denis associou literatura e política, concedendo liberdade à literatura do Brasil. Ao falar no século XXI de história da literatura no Brasil, é necessário retomar Denis para entender o enredo subsequente do que entendemos hoje por história da literatura brasileira.

1

Quando os franceses puseram abaixo as instituições do *Ancien Regime* em 1789, trataram de instituir um novo calendário para um tempo que nascia: o tempo revolucionário. A partir daquele momento, um novo tempo se inauguraria e do seu nascimento viriam novas datas, novas leis, novos dias. Um mundo *novo* era fundado com a promessa de que ali a felicidade, finalmente, estaria ao alcance de todas as pessoas numa comunidade baseada na Liberdade, na Igualdade e na Fraternidade.

Portanto, após a queda da Bastilha, um *tempo mítico* era encetado e posto em marcha como promessa de felicidade aos seus descendentes e aos seus

contemporâneos, como uma redenção do passado oprimido⁴. Tal início marcaria também, por outro lado, o nascimento de uma *consciência histórica*, de uma relação mais consciente entre o indivíduo e o tempo ao qual pertence, que logo tomaria o lugar do tempo mítico para só se reconhecer e tratar de si *no tempo histórico*.

A palavra calendário deriva da antiga palavra latina *Kalendae* (corruptela do verbo grego *Kaléo*, chamar). As *kalendae* correspondiam ao primeiro dia de cada mês quando o sacerdote romano chamava toda população para o templo de Júpiter no Capitólio. Com a sucessão dos primeiros dias de todos os meses que transcorreram dali até agora, instituiu-se o calendário que os organiza, dividindo e segmentando aquele *continuum* linear a que chamamos de tempo, dando uma medida comum às diferentes gerações que povoaram esta Terra⁵. Quando da Independência dos Estados Unidos, os norte-americanos determinaram uma data, quatro de julho de 1776, como a do nascimento de seu país. A marcação de uma data de fundação no calendário – juntamente com a sua comemoração repetida, ritualizada, a cada ano ao lembrarmos do dia – serve para que nessa ocasião ainda nos esteja disponível algo da sua *arché*, da energia do princípio ou da origem que pôs em movimento todo o devir do que somos no presente. Por isso, muitas vezes o mais original é também o mais arcaico (ideia que retomaremos adiante neste ensaio), pois corresponde àquilo que está mais próximo da origem e da sua energia.

Curiosamente, ao contrário dos revolucionários franceses, nossos primeiros compatriotas brasileiros não instituíram um novo calendário quando,

⁴ “Em outras palavras, a imagem de felicidade está indissolivelmente ligada à de salvação. O mesmo ocorre com a imagem do passado, que a história transforma em coisa sua. O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. (p.223)” BENJAMIN, W. *Sobre o conceito de história*. Mesmo sabendo que a ideia de Materialismo histórico benjaminiano exclui uma perspectiva temporal cósmica como a de Ricouer, herdeira da fenomenologia e do existencialismo cristão, os autores deste trabalho reconhecem no *esteio cósmico* - no momento inaugural de uma narrativa que organiza o princípio, que dá voz a uma origem possível - uma posição frente o tempo aglomerado de ruínas, de “agoras”, segundo Benjamin, em potência à espera de alguém que encete um discurso sobre o que esse tempo poderia resultar, ou que desperte os oprimidos de seu silenciamento; os autores deste trabalho reconhecem, repetimos, no *esteio cósmico* uma concepção *similar* (apenas parcialmente) à predicada por Benjamin quanto ao materialismo histórico, uma vez que, mesmo à revelia da história oficial, há um tempo que também explode, também inicia e se inaugura a partir de um discurso; característica que o materialismo de Benjamin compartilha com as de um caráter mítico.

⁵ “Assim, os calendários não marcam o tempo cronológico do mesmo tempo que os relógios. Eles são monumentos de uma consciência histórica da qual não parece mais haver na Europa, há cem anos, o mínimo vestígio (P.230)”, Walter Benjamin.

enfim, surgia o Brasil, *era então setembro de 1822*, nem se preocuparam, como fizeram os norte-americanos, em contar a partir da independência de nosso país o seu aniversário, quando poderíamos celebrar o nascimento de uma pátria em tudo diferente de Portugal. Em vez disso, nós continuamos a registrar os nossos anos a partir do momento em que os lusos aportaram à Ilha de Vera Cruz, em abril de 1500. O Brasil esperaria ainda 322 anos para nascer; mas será então que nascemos naquele sete de setembro? Ou continuamos a reproduzir o *ethos* lusitano? Onde se encontraria a força da nossa *arché*?

Para esboçar uma resposta a essas questões – e digamos mais, questões prenhes de questões –, trataremos de examinar o uso ou a concepção dos termos origem, nacionalidade e literatura utilizados por dois dos primeiros historiadores das nossas letras – letras essas que serviram no lugar de revoluções e calendários como um pequeno vestígio⁶ de que nas terras brasileiras já havia uma cultura autônoma à espera de seu batismo para se dizer brasileira – Ferdinand Denis e Gonçalves de Magalhães.

Ao tomar tais textos como norteadores, o presente ensaio se encontra numa *aporia* em relação às noções de tempo e de história, visto que, em oposição às expectativas que temos ao ler histórias, ambos os autores aqui tratados, em vez de escreverem uma narrativa orientada para organizar o passado da nossa nascente nação, escreveram histórias orientadas para o futuro, o que talvez corresponda à visão de Walter Benjamin acerca daquele “índice misterioso”, que impele o passado à redenção. Ou seja, as histórias de que trataremos são também um sinal para um tempo que ainda não veio, apenas potencial; são um sinal da consciência de que seus autores escrevem para deixar um *vestígio* a quem lhes suceder.

2

Essas diferentes obras indicam algo que sem dúvida não terá escapado ao leitor, ou seja, a poesia, no Brasil, parece dirigir-se para novos rumos. Tira seus assuntos de uma natureza que não lhes é desconhecida, e essa

⁶ Vestígio na acepção de Paul Ricoeur (2010), como *o que significa sem fazer aparecer*, como o signo e o conector que *refiguram* o tempo, como uma testemunha à revelia que, por meio do trabalho do historiador, tanto conecta o tempo existencial, do ser-aí e do ser que fora-aí, quanto o empírico, o aqui e agora no qual permanece enquanto *marca*.

tendência dos espíritos faz prever excelentes resultados. DENIS, Ferdinand. (p. 65).

Em 1826, o francês Ferdinand Denis lança seu *Resumo da história literária do Brasil*. Curioso caso na historiografia literária, pois, em vez de se limitar a fazer um levantamento das obras e dos escritores que aqui viveram e escreveram, e pô-los na forma narrativa correspondente, o autor orienta seu leitor para o futuro, para uma história a ser escrita, para um *pode ser* e não para o que foi ou é. Essa história literária prescritiva – uma vez que marca muitas vezes o que a literatura brasileira, nas suas palavras, *deve ter* – quebra a noção de história como a narrativa estruturada a partir de interrogações do presente a respeito de acontecimentos do passado, seja por forma de adição de fatos no tempo⁷, seja como uma história a contrapelo, oposta à história oficial dos vencedores⁸, seja como elo que reconstitui certo tempo passado a partir de seus vestígios ainda presentes⁹. Independente da concepção adotada: para ser história, o historiador vira-se para o passado ao qual injetará uma nova centelha de vida. Assim como o astrônomo percebe no negror do céu noturno as luzes dos astros tão infinitamente distantes que não nos chegam, o olhar do historiador se volta para o tempo presente e percebe nele o contínuo de luz que nos vem do passado. Seu ofício trata, pois, de dar luz ao que por si só não pode se iluminar. Ferdinand Denis, no entanto, olha para o futuro e tenta projetar nele a promessa de felicidade brasileira, como também a redenção do passado colonial que vinha se desenhando nas nossas paragens.

Para o francês, a força de nossa *literatura* estaria no que temos de mais próximo à *arché* – “A América (...) *deve ter* pensamentos novos e enérgicos como ela mesma (...) aspirações *primitivas* de uma nação cheia de *energia*. (p.36)”, “nessa fertilidade *selvagem* (...) florestas *primitivas* (...) animais *selvagens* (p.39)”. O signo dessa literatura que deverá pulsar de energia é o primitivo, o original, o (por que não dizer?) arcaico. Por esse motivo, o autor preconiza o caráter que nossas letras deverão ter: a *cor local*, o *culto à natureza*, o *elemento indígena* – sinal do

⁷ A história positivista criticada por Benjamin.

⁸ Conforme o materialismo histórico de Benjamin.

⁹ Acepção de Paul Ricoeur.

nosso primitivismo possante e fecundo. Além disso, o pensador também valoriza a miscigenação e a pluralidade étnica que constituem o Brasil, como fortes substratos para uma poesia exuberante. Falta-nos apenas que uma musa tupiniquim tanja a viola dos nossos poetas.

O autor não esquece de prescrever também ao filho pródigo que é o Brasil uma mãe que lhe dê tutela, não só como modelo para as futuras produções literárias, mas também na ordem política, a França.

Depois desse preâmbulo, Ferdinand *inscreve o início*, a origem, da literatura brasileira nos “imperfeitos” relatos do século XVI (p. 41) e passa a fazer um inventário dos autores nascidos no Brasil. Até surgirem as epopeias *O Uruguai* e o *Caramuru*, o critério de nacionalidade literária que norteia o estudioso diz respeito apenas à *procedência* da mão que escreveu as linhas de que trata. Nomes de escritores nascidos no Brasil são enfileirados, porém o historiador dispensa maiores comentários ou abonações das obras por eles compostas. Sem critérios mais específicos que o *nascimento*, autores que escreveram em latim, como Francisco de Almeida, ou o estranho e desditoso caso de Antônio José, o judeu, que mais consagrou as letras portuguesas que as brasileiras, são postos lado a lado de Bento Teixeira ou Gonçalo Soares de Franca, e outros ilustres esquecidos dos nossos tempos modernos. Contudo, Denis reconhece que a maioria desses artistas não pode aspirar a grande renome literário (p. 45), embora, ao menos, assinalem um ponto de partida para nossas letras.

Havia algo, porém, nas crônicas de viagem que já enunciava a nascente literatura brasileira. Esta vem à luz de fato no “primeiro (p.4 7)”, que na verdade é o segundo, poema épico escrito no Brasil, o *Caramuru*, de Santa Rita Durão, escrito em 1781.

... nenhuma história literária o menciona, e já seria por si mesmo de alto interesse que nos contentássemos em observar a *cor local*, nele dominante. Os americanos não têm feito sempre sentir em suas produções o influxo da natureza que os inspirou; antes da independência, parecia até pretenderem olvidar a própria pátria para pedir à Europa um quinhão da sua glória. Agora, que têm necessidade de fundar sua literatura, repito: *ela deve ter caráter original* (p.47).

O estudioso francês vê na obra excelente pintura tanto da força da cultura dos invasores portugueses quanto da simplicidade selvagem de um povo ainda na infância. Deste conluio deveria nascer uma obra singular da literatura brasileira. Ela

nasce, porém é ainda uma pobre flor, sem a exuberância que o autor atribui à fecundidade de nossas matas, visto haver em o *Caramuru* certas imperfeições assinaladas por Denis¹⁰.

O historiador francês comenta outro grande épico escrito no Brasil, O *Uruguai* de Basílio da Gama, quebrando a linearidade e a orientação que sua história da literatura até então vinha seguindo, de vir em *progressão*, a partir de uma marcação passada – Visão sumária de alguns poetas dos séculos XVII e XVIII (p. 41) – a um tempo próximo, 1781. Essa quebra se deve ao *Uruguai* ser uma epopeia de 1769, ou seja, estar doze anos à frente da “primeira” epopeia brasileira, o *Caramuru*, que, mesmo sendo posterior, é tratada no capítulo como se fosse antecedente ao clássico de Basílio da Gama.

A obra, que, assim como *Caramuru*, também trata de acontecimentos históricos, é superior à epopeia de Durão no estilo e nas descrições das terras do Novo Mundo, pois, de acordo com as observações de Denis, *por toda parte impera o espetáculo da natureza*. É por esse aspecto descritivo que o poema ganha importância para o francês. Cabe-nos frisar, contudo, o quanto é contraditório para um autor claramente inspirado nos ideais românticos recorrer às formas clássicas para designar o caráter nacional – que deveria ser original – da nossa poesia. Outro dado que mereceria observação é a diferença entre os indígenas pacíficos de o *Caramuru*, que mesmo em meio a atribulações aceitam e obedecem ao branco invasor, e os indígenas revoltosos de *O Uruguai*, que preferem a morte a perderem a liberdade. Ao optar por um em lugar do outro para ser nossa *Ilíada*, o *incipit* de nossas letras, ter-se-iam concepções bem diferentes para os destinos da nossa nascente literatura. Sua matéria prima, o primitivismo indígena, seria aquele que se submeteu ao branco ou aquele que não conheceu o jugo e a submissão? – “Peri quer ser cristão”. Sabemos hoje a resposta¹¹.

Outro ponto interessante do *Resumo* é que o *conceito de literatura* é suficientemente amplo para comportar *qualquer tipo* de produção escrita no Brasil por autores brasileiros e que verse sobre assuntos nacionais. A literatura, assim,

¹⁰ Tais críticas de viés estético são constantes e seguem as abonações que o autor nos dá do texto.

¹¹ Para o leitor deste ensaio deve ficar a interrogação de como seria uma história da literatura brasileira se ela fosse baseada em textos de ruptura, luta e resistência do nosso povo em vez de ter servido como ideologia estética (em geral muito pouco crítica) do segundo império.

grassa de obras nos campos da poesia, da oratória, da história, da música, do teatro, da geografia etc. Toda atividade verbal sobre o país está contida nela. Não obstante, o gênero preconizado em relação aos demais é a poesia. O Brasil é um país à espera, em primeiro lugar, de grandes poetas.

Abandonando o critério de nascimento, ou de textos que retratem o elemento indígena, as demais obras literárias analisadas e das quais Denis nos dá abonações, como as produções de Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa, foram inseridas mais pelo critério de *recepção* e pelo valor que têm na memória popular do que por questões estéticas ou ideológicas como o que elas contêm ou não do esboço de um caráter nacional.

Para Ferdinand Denis, o Brasil tem todas as potencialidades para crescer literária e economicamente. Falta-lhe, porém, o apoio *institucional* para a formação de arquivos¹² e anexação de documentos que compilem o modo como os diferentes brasileiros vivem, quais são as suas tradições etc., que registrem o que trazem de cultura oral, que aliem à possível prosperidade da agricultura a prosperidade das letras.

3

Não, oh Brasil, no meio do movimento geral, tu não deves ficar imóvel e tranquilo como o colono sem ambição e sem esperanças. O gérmen da civilização depositado em teu seio pela Europa não tem dado ainda todos os frutos, que deveria dar; vícios radicais têm tolhido seu desenvolvimento. Tu afastaste de teu colo a mão estranha, que te sufocava, respira livremente, respira, cultiva as ciências, as artes, a indústria, e combate tudo, que entrevá-las pode. MAGALHÃES, Gonçalves (p. 34)

Dez anos depois de publicado o *Resumo da história literária do Brasil*, Gonçalves de Magalhães lança na revista *Niterói* seu “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”. Porém, o escritor, ao lançar mão de perguntas norteadoras à sua história, como “qual é a origem de nossa literatura, qual o seu progresso e caráter, que fases tem tido, quais os que a cultivaram, e as circunstâncias, que em

¹² Concepção próxima à discutida por Ricoeur.

diferentes tempos favoreceram ou tolheram seu descobrimento”¹³, deve ter se visto enredado em mais problemas do que sonhava sua vã filosofia resolver. A falta de fontes (p.31), a distância que se encontrava da pátria – o futuro autor de *Suspiros poéticos* e *Saudades* morava então em Paris – tornaram impossíveis as respostas a tais questionamentos de modo que, afora citar os nomes de Santa Rita Durão, Basílio da Gama e Caldas (p. 34), todas as respostas àquelas perguntas ficam em suspenso. Mas isso não quer dizer que não existam esboços delas no texto.

O poeta divide a história do Brasil em duas partes distintas. O *marco* que as cinde é a vinda da família real para cá em 1808, o que promoveu a colônia à categoria de Reino Irmão (p. 36). Tal momento organizaria também a história do nosso país em uma primeira época, que conteria os séculos XVI, XVII e XVIII, e a que veio depois disso, na qual começaria uma nação livre dos grilhões lusitanos. Ao *problema da origem* de nossas letras, Magalhães reconhece não ter notícia da existência de nenhum escritor no século XVI, o do descobrimento (p.36); terem aparecido alguns poetas e prosadores – dos quais promete falar em particular em outra oportunidade – no século XVII – *Em geral diremos que, como debaixo dos auspícios da religião, e trabalho dos jesuítas, as primeiras povoações se fundaram, a literatura nesse século notável propensão religiosa mostra, particularmente a prosa, que toda consiste de orações sagradas* (idem); o abrir da carreira literária no Brasil no século XVIII a partir do comércio literário e científico com a França, da qual nossos escritores se embebedaram das luzes e dos germens de todas as ciências e artes – *homens de subida têmpera mostraram que os gênios dos incultos sertões da América podiam dilatar seu voo até as margens do Tejo, e emparelhar as tágides no canto* (idem); comentar a nova face literária que o país apresenta no século XIX, resultado das mudanças e reformas políticas que “tem o Brasil experimentado”: *Uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma nova ideia até ali desconhecida, é a ideia de pátria; ela domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome.*

Dessa forma, a origem das nossas letras está atrelada às obras religiosas jesuíticas, e, ao privilegiar *como literatura apenas o gênero lírico*, o autor comenta que, de acordo com alguns escritores antigos, sabe-se da existência de várias

¹³ Perguntas lançadas na página 30.

tribos indígenas conhecidas pelo talento da música, como os tamoios e os tupinambás. Isso posto, as qualidades desses gentios e muito estimados músicos são comparadas às do trovador medieval, e eles, por serem “tão amigos da liberdade e da independência” (p.38), que preferiam a queda ao cativo, têm prescritos por Gonçalves de Magalhães que seu caráter *influa* sobre a atual poesia brasileira, “como os cânticos do Bardo da Escócia sobre a poesia influíram do Norte da Europa (idem)”. A lembrança à obra de Macpherson pode nos servir como uma indicação de que, no lugar de uma cultura europeísta e classicista, nossos autores deveriam criar um mito que os remontasse a um passado original, ao primitivo, ao americano – em outras palavras, ao arcaico. Vemos aí esboçadas as linhas do nosso indianismo, que terá nesse elemento o que o falso bardo escocês representou para a sua nação. Além disso, essa imagem de um indígena-trovador-amigo-da-liberdade que se delineia deverá ser harmonizada “com a sublime gravidade do Cristianismo (p.39)”, o que de novo responde ao questionamento que propusemos ao analisar Ferdinand Denis, qual indígena seria o herói de nossa literatura: o submisso ou o rebelde?

Se o problema da literatura produzida no século XVII pelos jesuítas foi não terem vertido em linguagem vulgar os cânticos dos povos originários, seus trabalhos ao menos atestam que foi por meio da poesia e da música que “os selvagens abandonavam seus desertos e amoldavam-se ao Cristianismo, à civilização (p.38)”. No século XVIII, no entanto, o problema da nossa expressão poética torna-se o apego demasiado aos clássicos,

a literatura, e a poesia, que chegadas à América não perderam seu caráter europeu. Com a poesia vieram todos os deuses do paganismo, espalharam-se pelo Brasil, e dos céus, das florestas, e dos rios se apoderaram. A poesia do Brasil não é indígena civilizada, é uma grega, vestida à francesa, e à portuguesa e climatizada no Brasil (p.34).

Por terem se deixado levar pela lira de Homero, os poetas brasileiros olvidaram “as imagens que uma natureza virgem com tanta profusão lhes oferecia” (p.34), e a literatura que está por vir no Brasil *deve ser inspirada pelo gênero de belezas naturais não colhidas dos livros, mas que só a pátria lhes inspira*. Nesse ponto, tal qual Ferdinand Denis, a literatura faz um apelo ao futuro, “*Nós pertencemos ao futuro, como o passado nos pertence* (p.31)”, seu cantor será “o

homem colocado diante de um vasto mar, ou no cume de uma lata montanha, ou no meio de uma virgem e emaranhada floresta (p.35)”, seu elemento é a religião, “base da moralidade poética, que empluma as asas do gênio, que o abala, e o fortifica (idem)”. Se os vindouros vates brasileiros aproveitarem os elementos da sua religião e a contemplação deste vasto Éden (p.37), poderão achar “no puro céu de sua pátria um sol mais luminoso que o de Febo, angélicos gênios, mais sublimes que as Pieredes, que os inspirem (p. 35)”.

Cabem aqui duas observações. Em primeiro lugar, segundo nosso primeiro autor romântico, “A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas ideias, de mais filosófico no pensamento, de mais heroico na moral, o despertador de sua glória, e o reflexo progressivo de sua inteligência (p. 29)”. A literatura é, portanto, a expressão do *caráter* de um povo, e o Brasil, do seu passado até aquele momento (e por que não até hoje em dia?) é ainda um país à procura de um caráter respeitável. De acordo com o contribuinte de *Niterói*, devido ao sistema colonial, os homens mais ignóbeis e corrompidos pela devassidão fundaram uma nação nascente sobre todos os gêneros de vícios: “o brasileiro, como lançado em uma terra estrangeira, duvidoso em seu próprio país vagava sem que pudesse: isto é meu país, neste lugar nasci. Envergonhava-se de ser brasileiro (p.32)”. Por falta de elementos positivos e de apoio institucional, o caráter do nosso povo era então incerto. No meio de tantos elementos dissonantes, segundo Magalhães – e eis a nossa segunda observação – somente um homem de *gênio* poderia dar forma literária a tantos elementos e fazer da literatura expressão do espírito da nação. Ou seja, esse espírito ainda estava por nascer e era mister surgir tal gênio que lhe desse voz. Para o espírito romântico do autor de *Suspiros poéticos*, a história é movida pelos grandes homens cuja glória é o patrimônio de um país livre, conforme a evocação da Madame de Staël feita pelo poeta. Quando a nação brasileira conhecer seu poeta soberano, cristão, cantor da natureza e dos indígenas, herdeiro da cultura e da revolução francesa, independente de modelos clássicos - “O poeta independente, diz Schiller, não reconhece por lei senão as inspirações de sua alma, e por soberano o seu gênio. Só pode um poeta chamar-se grande se ele é original, se de seu próprio gênio recebe inspirações (p.39), teremos uma literatura nacional.

o contemporâneo que partiu as vértebras de seu tempo (ou que tenha percebido nele a falha ou o ponto de partida), ele faz desta fratura um lugar de encontro entre os tempos e as gerações. AGAMBEN, Giorgio. (p.30).

Conforme Giorgio Agamben, o que caracteriza o contemporâneo é a sensação de inatualidade na qual este vive. Quem vive imerso no tempo cotidiano sem perceber suas contradições não é contemporâneo, porque não consegue ver diretamente a sua época. São signos dessa contemporaneidade a ruptura, o anacronismo e a capacidade que temos de cindir o espaço do tempo em novos tempos, de perceber os pontos de luz nas trevas da noite.

A concepção de contemporaneidade de Agamben nos serve para juntar, *suturar*, o esteio cósmico, que se faz presente a cada momento em que se enceta um novo discurso fundador sobre algum novo tempo que merece ser construído, e o tempo do materialismo histórico benjaminiano, “quando ele escrevia que o índice histórico contido nas imagens do passado mostra que esses chegarão à legibilidade somente em um determinado momento da sua história (Agamben, p.31)”. Esses índices não deixam de ser vestígios aos quais os historiadores darão sua redenção.

Tais vestígios à espera de significação tornam possíveis a nós não sermos somente contemporâneos do nosso século, como também dos textos que analisamos, pois faremos aparecer neles o índice de sua contemporaneidade. Tanto Ferdinand Denis quanto Gonçalves de Magalhães experimentavam a sensação de serem contemporâneos ao olharem para um presente a ser construído, colocando-se de fora deste presente para analisá-lo e perceber suas potencialidades; ao demarcarem nele inícios de uma possível literatura brasileira; ao suturarem as duas épocas – antes e após a independência- com seus escritos.

Nosso passado deveria então parecer o aglomerado de ruínas que o *Angelus Novus* de Klee perscruta no ensaio de Benjamin. Desse aglomerado há ruínas – e por que não vestígios? – cujo discurso histórico poderá restituir vida, ou ao menos uma vida possível. Esta característica de suturar e romper o *continuum* temporal é o índice de contemporaneidade presente nessas histórias da literatura que se projetam ao futuro e nas quais percebemos como propostas para a literatura nacional o *primitivismo indígena*, próximo à *arché*, anterior à conquista portuguesa

– e, portanto, original –, a *cor local* abundante na natureza brasileira, a aproximação à *cultura francesa* – que nos legou as formas do romantismo e que nos servirá então de mãe no lugar do pai lusitano que rejeitamos –, e a *religiosidade cristã* – talvez a única herança positiva, segundo os autores estudados, legada por Portugal. Esse apelo ao que viria enraizou-se tanto nas letras brasileiras que de fato rompeu culturalmente com a herança lusíada e serviu de base para a formação de uma literatura de caráter nacional – somente em 1873 em “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade de Machado de Assis”, tais propostas viriam a ser postas em xeque como características legítimas para a literatura do Brasil. De toda forma, de 1826 a 1873 – e depois no Modernismo de 1922 – foram esses futuros literários que imperaram, e seu vestígio continua norteando e significando nossas pesquisas literárias até agora.

Se essa é uma reflexão plausível sobre a história da literatura brasileira, é possível também pensar em outra direção, que talvez subverta ou redirecione essa história. Voltando à proposta de Perkins, fica claro que o historiador da literatura deve olhar para o passado e buscar nesse tempo os “heróis” para construção da narrativa que pretende escrever. O passado é, portanto, a matéria de que se vale o narrador para seu projeto historiográfico. No caso do Brasil, o paradoxo pode se encontrar justamente nessa lição: o passado é menos significativo e o futuro, o tempo que ainda não transcorreu, torna-se a matéria de que vai se valer o historiador. Denis entendeu que deveria olhar mais para o futuro e menos para o passado, ao escrever sua história. Por isso, ao “retroagir”, entendeu que a história a ser contada seria comum à história portuguesa e, nesse sentido, sua tese de autonomia perderia a validade. Para que ela vigorasse, o historiador francês passou a olhar para o futuro e nele “projetar” a história da literatura.

Se Perkins afirma que o início da história da literatura é uma linha tênue sobre o curso de um rio, Denis achou a nascente e, por isso, seu papel na escrita dessa história é inaugural e fundador.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Che cos'è il contemporaneo?* In: AGAMBEN, Giorgio. *Nudità*. Roma: Nottetempo, 2009.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Trad. Sergio Paulo Rouanet.

DENIS, Ferdinand. Resumo da história literária do Brasil. In CESAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do romantismo*. São Paulo: Edusp, 1978. Trad. Guilhermino Cesar.

MAGALHÃES, Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Porto Alegre, v. 5, n. 2, ago. 1999. Organização: Regina Zilberman, Maria Eunice Moreira.

PERKINS, David. História da literatura e narração. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Porto Alegre, v. 3, n. 1, mar. 1999. Tradução de Maria Angela Aguiar.

RICOEUR, Paul. Entre o tempo vivido e o tempo universal: o tempo histórico. In: RICOEUR, Paul *Tempo e narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Trad. Cláudia Berliner.

ZILBERMAN, Regina, MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone: Textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.